RELATÓRIO ANUAL

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA DO ANO DE 2021

SICOOB Credija

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. as **demonstrações contábeis** do ano de 2021 da **Cooperativa de Crédito Litorânea – Sicoob Credija**, na forma da legislação em vigor.

1. Desempenho Operacional:

No ano de **2021** obteve o resultado acumulado de **R$ 36.602.582,19** este representando um acréscimo de **27,11%** referente ao exercício anterior, onde R$ 34.774.156,47 são oriundas de resultado operacional e não operacional da cooperativa. A diferença de R$ 1.828.425,72 refere-se a reversão de FATES, logo maiores informações estão detalhadas nas demonstrações financeiras.

Sendo como resultado a distribuição de R$ **12.456.180,45** de sobras para seus cooperados.

2. Ativos:

Os recursos aplicados em Depósitos Interfinanceiros e Títulos e Valores Mobiliários somaram **R$ 100.124.314,90**.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Evolução (%)
Depósitos Interfinanceiros	R$ 87.136.475,69	R$ 66.475.968,82	31,08%
Títulos e Valores Mobiliários	R$ 12.987.839,21	R$ 9.444.567,60	37,52%
Total	**R$ 100.124.314,90**	**R$ 75.920.536,42**	**31,88%**

A Centralização financeira obteve o montante de **R$ 341.298.896,19**.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Evolução (%)
Centralização Financeira	R$ 341.298.896,19	R$ 377.671.894,70	-9,63%
Total	**R$ 341.298.896,19**	**R$ 377.671.894,70**	**-9,63%**

A carteira de crédito apresenta o montante de **R$ 664.582.618,64**. Podemos observar sua evolução:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Evolução (%)
Empréstimos	R$ 271.722.107,17	R$ 238.778.594,07	13,80%
Financiamentos	R$ 258.711.017,54	R$ 175.821.866,49	47,14%
Crédito Rural	R$ 134.149.493,93	R$ 97.518.919,12	37,56%
Total	**R$ 664.582.618,64**	**R$ 512.119.379,68**	**29,77%**

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos, critérios consistentes e prudentes a serem observados e cumpridos, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORÂNEA – SICOOB CREDIJA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 91,67% nos níveis de AA até C.

Descrição	Concentração em 31/12/2021
OPERACOES DE RISCO NIVEL AA	12,20%
OPERACOES DE RISCO NIVEL A	33,65%
OPERACOES DE RISCO NIVEL B	23,36%
OPERACOES DE RISCO NIVEL C	22,46%
OPERACOES DE RISCO NIVEL D	4,15%
OPERACOES DE RISCO NIVEL E	1,70%
OPERACOES DE RISCO NIVEL F	0,51%
OPERACOES DE RISCO NIVEL G	0,29%
OPERACOES DE RISCO NIVEL H	1,67%
Total	**100,00%**

3. Captação:

As captações, no total de **R$ 834.514.837,07**, apresentaram uma evolução em relação ao ano anterior de **11,95%** e encontravam-se assim distribuídas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Evolução (%)
Depósitos à Vista	R$ 265.803.307,62	R$ 234.524.561,11	13,34%
Depósitos sob Aviso	R$ 1.632.358,03	R$ 1.795.064,19	-9,06%
Depósitos a Prazo	R$ 528.291.773,71	R$ 486.071.670,68	8,69%
Letra Crédito Agronegócio - LCA	R$ 38.752.232,18	R$ 23.014.071,46	68,38%
Letra Crédito Imobiliário - LCI	R$ 35.165,53	-	0,00%
Total	**R$ 834.514.837,07**	**R$ 745.405.367,44**	**11,95%**

4. FGCoop:

O Fundo Garantidor do Cooperativismo Financeiro (FGCoop) é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, de direito privado, de abrangência nacional, tendo como associadas todas as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos e os bancos cooperativos. Tem como objeto prestar garantia aos depósitos e investimentos dos associados (correntistas), atuando ainda de forma preventiva na manutenção da saúde financeira das cooperativas brasileiras.

As finalidades do FGCoop incluem três aspectos fundamentais, sendo eles: proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista; e contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

A instituição nasceu em um contexto de crescimento e estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) e sua missão é proteger os depositantes do SNCC nos limites da regulamentação (Resolução nº 4.933/2021 - até o valor de R$ 250 mil, limitado ao saldo existente), contribuindo para sua solidez, perenidade e imagem.

5. Patrimônio Líquido e Quadro de Associados:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	Evolução (%)
Patrimônio Líquido*	R$ 164.274.387,97	R$ 141.326.964,32	16,24%
Quadro de Associados	48.901	44.598	10,00%

*Obs.: As sobras e as destinações legais e estatutárias já compõem os saldos do Patrimônio Líquido apresentado, maior detalhamento deve ser observado nas demonstrações financeiras.

6. Governança Corporativa:

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Sicoob Central SC/RS, que, por sua vez, realiza testes internos.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos, o Regimento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva.

7. Direcionadores Estratégicos:

- **Propósito:** Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

- **Missão:** Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.

- **Visão:** Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidades.

8. Pacto de Ética:

Todos os integrantes da equipe aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Pacto de Ética e de conduta profissional proposto pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS) e os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

9. Conselho de Administração:

O Conselho de Administração do Sicoob Credija é composto por **07 (sete)** membros efetivos, eleitos em assembleia. O mandato tem duração de **04** (quatro) anos e se encerra no momento da posse de seus substitutos, sendo que o atual Conselho finda seus trabalhos em **março de 2022**. A recondução dos membros é permitida desde que haja renovação obrigatória de um terço dos participantes. Entre suas competências está a definição das diretrizes a serem seguidas pela administração da cooperativa.

10. Conselho Fiscal:

Eleito em Assembleia Geral Ordinária, com mandato até **março de 2023**, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Canais de Comunicação ou Denúncia:

11.1 Ouvidoria

O Sistema de Ouvidoria do Sicoob é composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

O Banco Sicoob e o CCS, firmaram um convênio com objetivo de compartilhar o Componente Organizacional de Ouvidoria Único, mantido no Banco Sicoob para utilização pelas Cooperativas Singulares aderentes, por meio de um Termo de Adesão, integrando todas as regras, condições, direitos e obrigações decorrentes do convênio, nos termos da Resolução CMN nº 4.860/2020.

Todas as demandas inseridas no Sistema de Ouvidoria do Sicoob (SOS), são respondidas dentro do prazo estipulado pela Ouvidoria do Sicoob, com base na Resolução CMN nº 4.860/2020 e em conformidade com as orientações constantes do Manual de Instruções Gerais (MIG) - Apoio à Ouvidoria.

Durante o ano de **2021** a Ouvidoria recebeu **43 (quarenta e três)** manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Sendo que destas **35 (trinta e cinco)** foram reclamações, das quais **13 (treze)** foram classificadas como procedentes solucionadas e **22 (vinte e duas)** como improcedentes.

Entre as **43 (quarenta e três)** manifestações de cooperados, **95,35%** foram respondidas em até **10 (dez)** dias úteis.

11.2 RDR

O Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informações (RDR/Bacen) é um aplicativo destinado ao registro e ao encaminhamento de denúncias

e reclamações apresentadas ao Banco Central do Brasil por clientes das instituições financeiras, das administradoras de consórcios e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Cooperativa monitora o registro de demandas dos cidadãos junto ao RDR diretamente relacionadas à Cooperativa. São realizadas as consultas no Setor de Controles Internos na Sede Administrativa. É feito contato com os pontos de atendimento correspondentes para auxiliar no tratamento da demanda e envio de resposta ao demandante.

Durante o ano de **2021, 01**(um) registro foi aberto e tratado dentro do prazo legal.

11.3 Canal do Reclame Aqui

Reclame Aqui, é um canal aberto, o maior site de reclamação e reputação de empresas do país, recebe reclamações de todas as empresas. O CCS é responsável por realizar o monitoramento diário no site do reclame aqui, em nome das cooperativas do Sicoob. Todas as demandas identificadas são encaminhadas para o Sicoob Central SC/RS, que é responsável por enviar a demanda para a singular.

Durante o ano de **2021**, **04 (quatro)** registros foram abertos e tratados dentro dos prazos legais.

11.4 Canal de Indícios e Ilicitude

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.859/2020, foi disponibilizado no site da Cooperativa o canal por meio do qual funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem reportar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da instituição. As mensagens enviadas através deste canal são recebidas e analisadas pelo Sicoob Central SC/RS e em seguida encaminhadas para a Cooperativa.

Durante o ano de **2021, 02 (dois)** registros foram abertos e tratados dentro dos prazos legais.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança, aos colaboradores pelo empenho e dedicação, ao Conselheiro de Administração pelo trabalho e tenacidade nas deliberações para uma gestão transparente, aos Conselheiros Fiscais por se debruçarem e avaliarem os processos e as atividades desenvolvidas.

Finalizando, agradecemos também às comunidades onde o **Sicoob Credija** atua, especialmente em função da sua crescente compreensão do cooperativismo e engajamento junto ao Sistema Sicoob.

Conselho de Administração

Balanço Patrimonial
Exercício findos em 31 de dezembro

Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		**1.159.126.262,18**	**1.015.905.953,88**
DISPONIBILIDADES		**17.674.093,91**	**14.552.965,09**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**1.111.691.944,25**	**968.695.085,12**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	87.136.475,69	66.475.968,82
Títulos e Valores Mobiliários	6	12.987.839,21	9.444.567,60
Relações Interfinanceiras		341.298.896,19	377.671.894,70
Centralização Financeira	4.b	341.298.896,19	377.671.894,70
Operações de Crédito	7	664.582.618,64	512.119.379,68
Outros Ativos Financeiros	8	5.686.114,52	2.983.274,32
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(27.465.540,26)**	**(17.435.646,62)**
(-) Operações de Crédito	7.b	(27.098.199,66)	(17.130.248,30)
(-) Outras	8.1	(367.340,60)	(305.398,32)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS		**-**	**29,42**
OUTROS ATIVOS	**9**	**6.532.653,58**	**2.297.404,57**
INVESTIMENTOS	**10**	**20.622.601,73**	**20.472.756,72**
IMOBILIZADO DE USO	**11**	**38.981.667,88**	**34.719.036,84**
INTANGÍVEL	**12**	**938.779,24**	**952.187,00**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		**(9.849.938,15)**	**(8.347.864,26)**
TOTAL DO ATIVO		**1.159.126.262,18**	**1.015.905.953,88**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.159.126.262,18**	**1.015.905.953,88**
DEPÓSITOS	**13**	**795.727.439,36**	**722.391.295,98**
Depósitos à Vista		265.803.307,62	234.524.561,11
Depósitos Sob Aviso		1.632.358,03	1.795.064,19
Depósitos a Prazo		528.291.773,71	486.071.670,68
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**177.399.163,23**	**135.640.501,26**
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	38.787.397,71	23.014.071,46
Relações Interfinanceiras		133.064.891,56	105.407.386,72
Repasses Interfinanceiros	15.a	133.064.693,73	105.407.346,81
Outras Relações Interfinanceiras		197,83	39,91
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.b	5.185.723,96	6.611.694,40
Outros Passivos Financeiros	16	361.150,00	607.348,68
PROVISÕES	**18**	**1.313.692,40**	**1.013.276,55**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	**19**	**866.568,68**	**817.825,33**
OUTROS PASSIVOS	**20**	**19.545.010,54**	**14.716.090,44**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**164.274.387,97**	**141.326.964,32**
CAPITAL SOCIAL	21.1	42.290.203,32	43.323.481,54
RESERVAS DE SOBRAS	21.2	109.528.004,20	88.174.551,99
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.3	12.456.180,45	9.828.930,79
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.159.126.262,18**	**1.015.905.953,88**

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**58.942.260,33**	**98.577.659,83**	**74.327.234,33**
Operações de Crédito	22	44.052.613,08	77.243.959,99	63.314.302,15
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.b	11.966.721,87	17.303.853,69	9.642.515,06
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.525.917,40	3.489.352,10	1.131.995,53
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	395.061,47	538.294,84	238.421,59
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.946,51	2.199,21	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**23**	**(27.466.586,38)**	**(41.470.714,30)**	**(23.695.784,79)**
Operações de Captação no Mercado		(16.608.448,02)	(23.408.214,24)	(11.445.422,19)
Operações de Empréstimos e Repasses		(2.786.669,06)	(4.872.407,57)	(3.390.808,66)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	(47,53)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(8.071.469,30)	(13.190.092,49)	(8.859.506,41)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**31.475.673,95**	**57.106.945,53**	**50.631.449,54**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(11.367.030,20)**	**(20.624.091,55)**	**(21.929.488,88)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	6.064.429,11	10.548.438,36	9.401.070,10
Rendas de Tarifas	25	1.216.923,56	2.514.602,99	3.019.818,73
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(9.962.425,47)	(18.854.916,56)	(16.840.405,61)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(11.001.389,21)	(21.399.482,26)	(20.107.855,09)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(546.323,72)	(940.410,78)	(716.920,47)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	3.631.801,59	8.912.247,85	5.614.822,51
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(770.046,06)	(1.404.571,15)	(2.300.019,05)
PROVISÕES	**30**	**(234.340,88)**	**(298.791,43)**	**(257.602,23)**
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(234.340,88)	(298.791,43)	(257.602,23)
RESULTADO OPERACIONAL		**19.874.302,87**	**36.184.062,55**	**28.444.358,43**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**31**	**(66.983,62)**	**(86.671,05)**	**262.892,88**
Lucros em Transações com Valores e Bens		5.000,00	5.000,00	55.933,17
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	-	(28.639,05)
Ganhos de Capital		6.542,26	11.663,90	25.810,51
Reversão de Provisões Não Operacionais		172.045,46	217.564,17	384.712,04
Outras Rendas Não Operacionais		10.110,34	26.367,35	19.728,72
(-) Perdas de Capital		(4.427,16)	(6.061,16)	(150,00)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(256.254,52)	(341.205,31)	(194.502,51)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**19.807.319,25**	**36.097.391,50**	**28.707.251,31**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(828.272,65)**	**(1.323.235,03)**	**(1.248.421,11)**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(455.042,43)	(757.063,97)	(771.353,06)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(373.230,22)	(566.171,06)	(477.068,05)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**18.979.046,60**	**34.774.156,47**	**27.458.830,20**

Demonstração de Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	**18.979.046,60**	**34.774.156,47**	**27.458.830,20**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	**-**	**-**	**-**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**18.979.046,60**	**34.774.156,47**	**27.458.830,20**

SICOOB Credija

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019	**44.728.859,22**	**(13.136,37)**	**65.007.592,98**	**6.317.363,37**	**10.374.821,19**	**126.415.500,39**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	27.901,15	-	-	-	(10.374.821,19)	(10.346.920,04)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	311.132,91	4.580,37	-	-	-	315.713,28
Por Devolução (-)	(1.735.730,74)	-	-	-	-	(1.735.730,74)
Estorno de Capital	(125,00)	-	-	-	-	(125,00)
Reversões de Fundos	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.336.168,35**	**1.336.168,35**
Sobras ou Perdas do Período	**-**	**-**	**-**	**-**	**27.458.830,20**	**27.458.830,20**
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	15.445.462,67	-	(15.445.462,67)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	1.404.132,97	(1.404.132,97)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(1.404.132,97)	(1.404.132,97)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(712.339,15)	(712.339,15)
Saldos em 31/12/2020	**43.332.037,54**	**(8.556,00)**	**80.453.055,65**	**7.721.496,34**	**9.828.930,79**	**141.326.964,32**
Saldos em 31/12/2020	**43.332.037,54**	**(8.556,00)**	**80.453.055,65**	**7.721.496,34**	**9.828.930,79**	**141.326.964,32**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	105.584,53	-	-	-	(9.828.930,79)	(9.723.346,26)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	278.965,30	(3.302,03)	-	-	-	275.663,27
Por Devolução (-)	(1.414.526,02)	-	-	-	-	(1.414.526,02)
Reversões de Fundos	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.828.425,72**	**1.828.425,72**
Sobras ou Perdas do Período	**-**	**-**	**-**	**-**	**34.774.156,47**	**34.774.156,47**
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	19.573.997,86	-	(19.573.997,86)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	1.779.454,35	(1.779.454,35)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(1.779.454,35)	(1.779.454,35)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(1.013.495,18)	(1.013.495,18)
Saldos em 31/12/2021	**42.302.061,35**	**(11.858,03)**	**100.027.053,51**	**9.500.950,69**	**12.456.180,45**	**164.274.387,97**

Saldos em 30/06/2021	**42.873.682,67**	**(17.050,01)**	**80.453.055,65**	**7.721.496,34**	**15.795.109,87**	**146.826.294,52**
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	127.876,98	5.191,98	-	-	-	133.068,96
Por Devolução (-)	(699.498,30)	-	-	-	-	(699.498,30)
Reversões de Fundos	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.828.425,72**	**1.828.425,72**
Sobras ou Perdas do Período	**-**	**-**	**-**	**-**	**18.979.046,60**	**18.979.046,60**
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	-	19.573.997,86	-	(19.573.997,86)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	1.779.454,35	(1.779.454,35)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	(1.779.454,35)	(1.779.454,35)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(1.013.495,18)	(1.013.495,18)
Saldos em 31/12/2021	**42.302.061,35**	**(11.858,03)**	**100.027.053,51**	**9.500.950,69**	**12.456.180,45**	**164.274.387,97**

SICOOB Credija

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**19.807.319,25**	**36.097.391,50**	**28.707.251,31**
Distribuição de Sobras e Dividendos		(1.271.089,46)	(2.357.585,15)	(2.023.445,22)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		8.071.469,30	13.190.092,49	8.859.506,41
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		234.340,88	298.791,43	257.602,23
Provisões/Reversões Não Operacionais		84.209,06	123.641,14	(190.209,53)
Atualização de Depósitos em Garantia		(1.150,16)	(1.624,42)	(1.015,85)
Depreciações e Amortizações		915.033,02	1.668.155,19	1.473.025,07
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		**27.840.131,89**	**49.018.862,18**	**37.082.714,42**
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(13.273.777,53)	(15.881.195,18)	(34.905.711,19)
Títulos e Valores Mobiliários		(293.504,75)	(3.543.271,61)	(1.235.645,30)
Relações Interfinanceiras		37.738,89	-	-
Operações de Crédito		(95.002.932,99)	(155.265.813,08)	(184.592.113,85)
Outros Ativos Financeiros		(2.124.266,38)	(3.058.840,51)	(647.535,90)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		361.775,13	29,42	116,75
Outros Ativos		(5.119.607,54)	(4.358.890,15)	(626.279,86)
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		(6.074.465,19)	31.278.746,51	125.150.924,74
Depósitos sob Aviso		(154.088,87)	(162.706,16)	(125.236,89)
Depósitos a Prazo		7.800.126,31	42.220.103,03	129.718.845,53
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		11.287.927,71	15.773.326,25	583.802,51
Relações Interfinanceiras		18.304.844,68	27.657.504,84	49.880.964,83
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(946.959,36)	(1.425.970,44)	5.160.720,03
Outros Passivos Financeiros		(408.958,62)	(246.198,68)	495.204,10
Provisões		1.150,16	1.624,42	(71.072,40)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(152.247,97)	48.743,35	200.291,48
Outros Passivos		7.284.226,16	4.828.920,10	3.590.794,56
FATES - Atos Cooperativos		(1.779.454,35)	(1.779.454,35)	(1.404.132,97)
FATES - Atos Não Cooperativos		(1.013.495,18)	(1.013.495,18)	(712.339,15)
Imposto de Renda		(455.042,43)	(757.063,97)	(771.353,06)
Contribuição Social		(373.230,22)	(566.171,06)	(477.068,05)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(54.254.110,45)**	**(17.231.210,27)**	**126.295.890,33**
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos		-	27.966,42	74.076,12
Distribuição de Sobras da Central		1.271.089,46	2.329.618,73	1.949.369,10
Aquisição de Intangível		24.325,25	35.940,09	(411.741,24)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.224.449,38)	(4.451.244,67)	(4.963.651,26)
Aquisição de Investimentos		(121.877,92)	(149.845,01)	(7.737.027,72)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		**(1.050.912,59)**	**(2.207.564,44)**	**(11.088.975,00)**
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		133.068,96	275.663,27	315.713,28
Devolução de Capital à Cooperados		(699.498,30)	(1.414.526,02)	(1.735.730,74)
Estorno de Capital		-	-	(125,00)
Distribuição de sobras para associados		-	(9.723.346,26)	(10.346.920,04)
Reversões de Fundos		1.828.425,72	1.828.425,72	1.336.168,35
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		**1.261.996,38**	**(9.033.783,29)**	**(10.430.894,15)**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(54.043.026,66)**	**(28.472.558,00)**	**104.776.021,18**

Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		423.835.852,30	398.265.383,64	293.489.362,46
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	369.792.825,64	369.792.825,64	398.265.383,64
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(54.043.026,66)**	**(28.472.558,00)**	**104.776.021,18**

COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORANEA – SICOOB CREDIJA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORANEA - SICOOB CREDIJA** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **09/01/1992**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL** – **SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIJA,** sediado na **RUA DONA HELENA CECHINEL, N° 317, CENTRO, JACINTO MACHADO - SC,** possui **16** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **JACINTO MACHADO - SC, PRAIA GRANDE - SC, BALNEÁRIO GAIVOTA - SC, SANTA ROSA DO SUL - SC, ARARANGUÁ - SC, SOMBRIO - SC, MARACAJÁ - SC, IÇARA - SC, MORRINHOS DO SUL - RS, MORRO DA FUMAÇA - SC, SANGÃO - SC, TRÊS CACHOEIRAS - RS**.

O **SICOOB CREDIJA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em **17/03/2022**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar

com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORANEA - SICOOB CREDIJA** junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis
a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos

contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021.**

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	17.674.093,91	14.552.965,09
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	10.819.835,54	6.040.523,85
Relações interfinanceiras – Centralização Financeira (b)	341.298.896,19	377.671.894,70
TOTAL	**369.792.825,64**	**398.265.383,64**

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 4.677/2018 cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	11.966.721,87	17.303.853,69	9.642.515,06

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Não Ligadas - Vinculados Ao Crédito Rural	6.365.326,28	-	-	-
Não Ligadas C/ Garantia-Vinculados Ao Cred. Rural	78.876.410,74	1.894.738,67	64.661.781,03	1.814.187,79
TOTAL	**85.241.737,02**	**1.894.738,67**	**64.661.781,03**	**1.814.187,79**

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **BANCO SICOOB** com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	TOTAL
Não Ligadas - Vinculados Ao Crédito Rural	-	6.365.326,28	-	6.365.326,28
Não Ligadas C/ Garantia-Vinculados Ao Cred. Rural	10.819.835,54	68.056.575,20	1.894.738,67	80.771.149,41
TOTAL	**10.819.835,54**	**74.421.901,48**	**1.894.738,67**	**87.136.475,69**

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021** e **2020** foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.525.917,40	3.489.352,10	1.131.995,53

6. Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	7.456.310,82	21.307,20	636.905,84	7.159.722,25
Vinculados a Prestação de Garantias	-	5.510.221,19	-	1.647.939,51
TOTAL	**7.456.310,82**	**5.531.528,39**	**636.905,84**	**8.807.661,76**

Os Títulos de Renda Fixa referem-se a aplicações em Recibos de Depósitos Cooperativos - RDC, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de 101% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	TOTAL
Títulos de Renda Fixa	-	7.456.310,82	21.307,20	7.477.618,02
Vinculados a Prestação de Garantias	-	-	5.510.221,19	5.510.221,19
TOTAL	**-**	**7.456.310,82**	**5.531.528,39**	**12.987.839,21**

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021** e **2020**.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	395.061,47	538.294,84	238.421,59

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	
Empréstimos e Títulos Descontados	144.109.801,72	127.612.305,45	**271.722.107,17**	238.778.594,07
Financiamentos	83.888.467,44	174.822.550,10	**258.711.017,54**	175.821.866,49
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	95.622.105,21	38.527.388,72	**134.149.493,93**	97.518.919,12
TOTAL de Operações de Crédito	**323.620.374,37**	**340.962.244,27**	**664.582.618,64**	**512.119.379,68**
(-) Provisões para Operações de Crédito	**(11.760.022,65)**	**(15.338.177,01)**	**(27.098.199,66)**	**(17.130.248,30)**
TOTAL	**311.860.351,72**	**325.624.067,26**	**637.484.418,98**	**494.989.131,38**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	TOTAL em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	TOTAL em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	18.746.050,65	16.738.294,32	45.723.210,81	81.207.555,78	-	32.272.005,92	-
A	0,50 %	Normal	68.089.997,52	100.117.858,39	55.665.679,29	223.873.535,20	(1.119.367,68)	211.119.925,19	(1.055.599,63)
B	1%	Normal	69.781.760,46	71.256.610,39	13.789.568,01	154.827.938,86	(1.548.279,39)	125.549.913,72	(1.255.499,14)
B	1%	Vencidas	225.290,13	235.049,89	-	460.340,02	(4.603,40)	555.721,17	(5.557,21)
C	3%	Normal	74.009.924,99	55.516.763,04	18.758.946,08	148.285.634,11	(4.448.569,02)	102.969.116,91	(3.089.073,51)
C	3%	Vencidas	846.172,06	333.560,23	-	1.179.732,29	(35.392,00)	1.255.845,29	(37.675,00)
D	10%	Normal	15.256.193,06	11.016.749,19	93.744,19	26.366.686,44	(2.636.668,64)	16.964.645,97	(1.696.464,60)
D	10%	Vencidas	835.151,65	397.042,97	-	1.232.194,62	(123.219,46)	1.313.200,94	(131.320,09)
E	30%	Normal	5.255.589,05	1.169.181,11	-	6.424.770,16	(1.927.431,05)	8.451.458,58	(2.535.437,57)
E	30%	Vencidas	4.228.084,10	427.313,84	-	4.655.397,94	(1.396.619,38)	2.740.235,85	(822.070,76)
F	50%	Normal	1.603.130,49	573.045,22	-	2.176.175,71	(1.088.087,86)	2.692.479,49	(1.346.239,75)
F	50%	Vencidas	899.550,36	249.232,70	-	1.148.783,06	(574.391,53)	1.655.993,98	(827.996,99)
G	70%	Normal	343.437,97	26.911,06	-	370.349,03	(259.244,32)	346.207,22	(242.345,05)
G	70%	Vencidas	1.323.535,37	133.805,61	-	1.457.340,98	(1.020.141,49)	492.212,27	(344.551,82)
H	100 %	Normal	4.136.034,20	127.987,91	118.345,55	4.382.367,66	(4.382.367,66)	1.924.277,08	(1.924.277,08)
H	100 %	Vencidas	6.142.205,11	391.611,67	-	6.533.816,78	(6.533.816,78)	1.816.140,10	(1.816.140,10)
TOTAL Normal			**257.222.118,39**	**256.543.400,63**	**134.149.493,93**	**647.915.012,95**	**(17.410.015,62)**	**502.290.030,08**	**(13.144.936,33)**
TOTAL Vencidos			**14.499.988,78**	**2.167.616,91**	**-**	**16.667.605,69**	**(9.688.184,04)**	**9.829.349,60**	**(3.985.311,97)**
TOTAL Geral			**271.722.107,17**	**258.711.017,54**	**134.149.493,93**	**664.582.618,64**		**512.119.379,68**	
Provisões			**(20.436.903,96)**	**(5.554.583,30)**	**(1.106.712,40)**	**(27.098.199,66)**	**(27.098.199,66)**	**(17.130.248,30)**	**(17.130.248,30)**
TOTAL Líquido			**251.285.203,21**	**253.156.434,24**	**133.042.781,53**	**637.484.418,98**		**494.989.131,38**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	TOTAL
Empréstimos	74.223.755,91	69.886.045,81	127.612.305,45	271.722.107,17
Financiamentos	23.167.840,97	60.720.626,47	174.822.550,10	258.711.017,54
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	28.802.076,96	66.820.028,25	38.527.388,72	134.149.493,93
TOTAL	**126.193.673,84**	**197.426.700,53**	**340.962.244,27**	**664.582.618,64**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	82.090.821,86	32.001.814,15	-	114.092.636,01	**17,17%**
Setor Privado – Indústria	33.653.931,90	25.614.499,14	20.104.978,40	79.373.409,44	**11,94%**
Setor Privado – Serviços	84.658.851,83	91.497.255,94	17.720.581,61	193.876.689,38	**29,17%**
Pessoa Física	68.666.813,93	109.116.721,41	76.838.367,70	254.621.903,04	**38,31%**
Outros	2.651.687,65	480.726,90	19.485.566,22	22.617.980,77	**3,40%**
TOTAL	**271.722.107,17**	**258.711.017,54**	**134.149.493,93**	**664.582.618,64**	**100%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	**(17.130.248,30)**	**(11.089.056,63)**
Constituições/Reversões no período	(6.836.803,51)	(3.324.230,05)
Transferência para Prejuízo no período	(3.131.147,85)	(2.716.961,62)
Saldo Final	**(27.098.199,66)**	**(17.130.248,30)**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira TOTAL	31/12/2020	% Carteira TOTAL
Maior Devedor	19.485.566,22	2,93%	10.190.749,33	1,99%
10 Maiores Devedores	85.023.719,67	12,79%	68.076.815,95	13,29%
50 Maiores Devedores	160.825.741,66	24,20%	133.239.805,07	26,02%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	**10.486.849,42**	**8.944.192,91**
Valor das operações transferidas no período	3.131.147,85	2.716.961,62
Valor das operações recuperadas no período	(2.079.046,45)	(1.173.413,36)
Descontos concedidos nas operações recuperadas	(7.720,67)	(891,75)
Saldo Final	**11.531.230,15**	**10.486.849,42**

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos Por Avais E Finanças Honrados (a)	563.477,22	-	386.276,78	-
Rendas A Receber (b)	4.769.131,79	-	2.222.362,65	-
Devedores Por Compra De Valores E Bens (c)	236.647,57	-	265.722,57	-
Títulos E Créditos A Receber (d)	31.114,93	-	22.474,41	-
Devedores Por Depósitos Em Garantia (e)	-	116.857,94	-	103.912,32
(-) Provisão - Tarifas Pendentes	(31.114,93)	-	(17.474,41)	-
TOTAL	**5.569.256,58**	**116.857,94**	**2.879.362,00**	**103.912,32**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R$ 51.830,07), Rendas de Cartões (R$ 470.027,78) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R$ 3.993.401,90), Rendas de Transações Interfinanceiras (R$ 101.020,84) e outros (R$ 152.851,20);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R$ 31.114,93);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: PIS (R$ 105.536,74) e outros (R$ 11.321,20).

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para Avais e Fianças Honrados (a)	(347.611,52)	(303.721,96)
Com Características De Concessão De Crédito (a)	(19.729,08)	(1.676,36)
TOTAL	**(367.340,60)**	**(305.398,32)**

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	TOTAL em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	TOTAL em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A	0,50%	Normal	3.308,01	3.308,01	(16,54)	101.438,94	(507,19)
B	1%	Normal	178.150,08	178.150,08	(1.781,50)	164.283,63	(1.642,84)
D	10%	Normal	41.398,27	41.398,27	(4.139,83)	-	-
E	30%	Normal	93.470,20	93.470,20	(28.041,06)	20.262,48	(6.078,74)
E	30%	Vencidas	141.049,02	141.049,02	(42.314,71)	62.372,05	(18.711,62)
F	50%	Normal	16.948,58	16.948,58	(8.474,29)	-	-
F	50%	Vencidas	44.039,55	44.039,55	(22.019,78)	12.612,16	(6.306,08)
G	70%	Normal	-	-	-	1.559,94	(1.091,96)
G	70%	Vencidas	70.694,28	70.694,28	(49.486,11)	61.367,70	(42.957,44)
H	100%	Normal	18.442,31	18.442,31	(18.442,31)	-	-
H	100%	Vencidas	192.624,49	192.624,49	(192.624,49)	228.102,45	(228.102,45)
TOTAL Normal			**351.717,45**	**351.717,45**	**(60.895,53)**	**287.544,99**	**(9.320,73)**
TOTAL Vencidos			**448.407,34**	**448.407,34**	**(306.445,08)**	**364.454,36**	**(296.077,59)**
TOTAL Geral			**800.124,79**	**800.124,79**		**651.999,35**	
Provisões			**(367.340,60)**	**(367.340,60)**	**(367.340,60)**	**(305.398,32)**	**(305.398,32)**
TOTAL Líquido			**432.784,19**	**432.784,19**		**346.601,03**	

9. Outros Ativos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	127.641,24	180.926,65
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	51.842,83	186.320,30
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	12.000,00	453.511,21
Pagamentos a Ressarcir	-	8.083,80
Devedores Diversos – País (a)	5.665.835,56	815.549,98
Material em Estoque	529.113,77	369.187,32
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos (b)	198.104,38	198.104,38
Despesas Antecipadas (c)	62.072,16	93.015,49
Sem Característica de Concessão de Crédito	(113.956,36)	(7.294,56)
TOTAL	**6.532.653,58**	**2.297.404,57**

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar - Diversas (R$ 127.086,53), Pendências a Regularizar - **BANCO SICOOB** (R$ 4.905.512,93), Proagro a Repassar (R$ 2.984,69) e outros (R$ 630.251,41);

Em Pendências a Regularizar - **BANCO SICOOB,** o saldo é representado, substancialmente, por pendências de lançamentos de valores de cartões, que serão regularizadas no mês seguinte.

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.

(c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, Processamento de Dado, Softwares e outros.

10. Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	19.391.434,24	19.391.434,24
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	1.223.737,58	1.073.892,57
Outras Participações	1.379,91	1.379,91
Outros Investimentos	6.050,00	6.050,00
TOTAL	**20.622.601,73**	**20.472.756,72**

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **BANCO SICOOB.**

11. Imobilizado de Uso

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizações Em Curso (a)		3.810.213,79	6.324.832,19
Terrenos		8.662.500,00	8.662.500,00
Edificações (b)	4%	14.511.808,18	9.420.004,85
Instalações (c)	10%	371.991,95	276.037,82
Móveis e Equipamentos de Uso (c)	10%	3.398.091,66	3.294.757,73
Sistema de Processamento de Dados (d)	20%	6.481.592,09	5.335.173,09
Sistema de Segurança (c)	10%	1.094.844,21	910.105,16
Sistema de Transporte	20%	650.626,00	495.626,00
TOTAL de Imobilizado de Uso		**38.981.667,88**	**34.719.036,84**
(-) Depreciação Acumulada de Edificações		(1.917.166,87)	(1.479.134,14)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(129.337,42)	(56.983,34)
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Equipamentos		(6.752.225,04)	(5.868.881,28)
(-) Depreciação Acumulada de Veículos		(457.012,58)	(391.863,95)
TOTAL de Depreciação de Imobilizado de Uso		**(9.255.741,91)**	**(7.796.862,71)**
TOTAL		**29.725.925,97**	**26.922.174,13**

(a) As imobilizações em curso dos Pontos de Atendimento localizados em Balneário Gaivota/SC, Cidade Alta - Araranguá/SC e Terras de Areia/RS, serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) A variação durante o exercício 2021 está representada pela ampliação do Ponto de Atendimento localizado em Içara/SC e da Sede Administrativa (Imóvel próprio).

(c) A variação durante o exercício 2021 está representada, substancialmente, pela reforma nos Pontos de Atendimento localizados em Içara/SC e Vila São Cristóvão-Santa Rosa do Sul/SC;

(d) A variação durante o exercício 2021 está representada, substancialmente, pela aquisição de Caixas Eletrônicos (ATM's) para os Pontos de Atendimento localizados em Jacinto Machado/SC, Içara/SC, Morro da Fumaça/SC, Praia Grande/SC e Sombrio/SC.

12. Intangível

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	249.596,75	233.340,24
Sistemas De Comunicação E De Segurança	640.445,94	670.110,21
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	48.736,55	48.736,55
TOTAL de Intangível	**938.779,24**	**952.187,00**
(-) Amortização Acumulada De Ativos Intangíveis	(594.196,24)	(551.001,55)
TOTAL de Amortização de ativos Intangíveis	**(594.196,24)**	**(551.001,55)**
TOTAL	**344.583,00**	**401.185,45**

13. Depósitos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósito à Vista (a)	265.803.307,62	234.524.561,11
Depósito Sob Aviso	1.632.358,03	1.795.064,19
Depósito a Prazo (b)	528.291.773,71	486.071.670,68
TOTAL	**795.727.439,36**	**722.391.295,98**

(a) É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira TOTAL	31/12/2020	% Carteira TOTAL
Maior Depositante	32.036.124,52	3,84%	22.019.210,32	2,95%
10 Maiores Depositantes	59.301.494,54	7,11%	55.593.680,58	7,46%
50 Maiores Depositantes	116.026.693,79	13,90%	109.634.381,72	14,71%

c) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos Interfinanceiros	-	(199,02)	(72,42)
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(51.199,15)	(73.403,04)	(50.707,05)
Despesas de Depósitos a Prazo	(15.033.480,67)	(20.941.073,65)	(9.891.447,28)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(893.052,90)	(1.178.117,04)	(593.585,80)
Despesa Letras De Crédito do Imobiliário	(65,53)	(65,53)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(630.649,77)	(1.215.355,96)	(909.609,64)
TOTAL	**(16.608.448,02)**	**(23.408.214,24)**	**(11.445.422,19)**

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/2004.

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	35.165,53	-	-	-
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	35.937.794,12	2.814.438,06	20.673.837,00	2.340.234,46
TOTAL	**35.972.959,65**	**2.814.438,06**	**20.673.837,00**	**2.340.234,46**

15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	01/2022 a 12/2031	86.214.957,95	42.599.933,72	63.315.719,34	41.141.219,05
Cooperativa Central	11/2024 a 06/2028	765.157,75	3.484.644,31	267.040,78	683.367,64
TOTAL	**-**	**86.980.115,70**	**46.084.578,03**	**63.582.760,12**	**41.824.586,69**

Os repasses interfinanceiros estão representados substancialmente por recursos obtidos por meio **BANCO SICOOB** e **SICOOB CENTRAL SC/RS**, e encargos financeiros de até 8,23% a.a.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	10/2022 a 08/2024	3.310.723,97	874.999,99	5.611.694,40	1.000.000,00
Obrigações por Repasses - Microcrédito (BRDE)	04/2023	1.000.000,00	-	-	-
TOTAL	**-**	**4.310.723,97**	**874.999,99**	**5.611.694,40**	**1.000.000,00**

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo do Brasil - Banco Sicoob	(2.633.151,95)	(4.648.396,48)	(3.351.256,87)
Cooperativa Central	(153.517,11)	(224.011,09)	(39.551,79)
TOTAL	**(2.786.669,06)**	**(4.872.407,57)**	**(3.390.808,66)**

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recursos Em Trânsito De Terceiros (a)	23.649,50	74.933,30
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	-	480.618,28
Cobrança E Arrecadação De Tributos E Assemelhados (b)	337.500,50	51.797,10
TOTAL	**361.150,00**	**607.348,68**

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R$ 18.399,14), Convênio Saneamento (R$ 5.190,36) e outros (R$ 60,00);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito - IOF (R$ 298.885,56), Municipais (R$ 37.454,14) e outros (R$ 1.160,80).

17. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CREDIJA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Provisões

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	868.969,74	339.185,92	638.269,21	271.095,02
Provisão Para Contingências (b)	105.536,74	-	103.912,32	-
TOTAL	**974.506,48**	**339.185,92**	**742.181,53**	**271.095,02**

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	91.226.557,60	74.420.151,96
TOTAL	**91.226.557,60**	**74.420.151,96**

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	105.536,74	105.536,74	103.912,32	103.912,32
Outras Contingências	-	11.321,20	-	-
TOTAL	**105.536,74**	**116.857,94**	**103.912,32**	**103.912,32**

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDIJA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R$ 709.913,60 (setecentos e nove mil, novecentos e treze reais e sessenta centavos). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	146.216,90	210.219,29
Impostos E Contribuições A Recolher	720.351,78	607.606,04
TOTAL	**866.568,68**	**817.825,33**

20. Outros Passivos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	7.699.634,50	6.708.452,80
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	1.799.442,00	1.580.672,14
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	2.921.698,64	3.648.125,52
Credores Diversos – País (c)	7.124.235,40	2.603.501,05
Rendas Antecipadas	-	175.338,93
TOTAL	**19.545.010,54**	**14.716.090,44**

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	4.993.676,86	4.029.153,05
Provisão para Participações nas Sobras (a.2)	754.406,25	846.549,87
Cotas de Capital a Pagar (a.3)	1.951.551,39	1.832.749,88
TOTAL	**7.699.634,50**	**6.708.452,80**

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **5%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(a.2) A provisão do Programa de Participação nos Resultados, aprovado pelo Conselho de Administração, tem os critérios de reconhecimento e de pagamento estabelecidos conforme Regulamento dos objetivos e Gratificações de 2021.

(a.3) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R$ 1.801.986,23), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R$ 276.956,33), Seguro Prestamista (R$ 269.740,89), Despesas com Cartões (R$ 130.596,92), Custos de Transações Interfinanceiras (R$ 126.998,48), Rendas Antecipadas (R$ 132.614,38), Outras Despesas Administrativas (R$ 85.128,99) e Outros Pagamentos (R$ 97.676,42).

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar **BANCO SICOOB** (R$ 5.979.252,89), Pendências a Regularizar - Diversas (R$ 226.366,21), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R$ 683.895,00), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R$ 10.554,86), Pagamentos a Processar (R$ 26.432,65), Créditos de Terceiros (R$ 123.525,83), Taxas de Gravames a Repassar (R$ 65.365,65) e outros (R$ 8.842,31).

Em Pendências a Regularizar - **BANCO SICOOB,** o saldo é representado, substancialmente, por pendências de lançamentos de valores de cartões, que serão regularizadas no mês seguinte.

21. Patrimônio Líquido

21.1) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	42.290.203,32	43.323.481,54
Associados	48.901	44.598

21.2) Reservas de Sobras

21.2.1) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, quando do encerramento do exercício social, no percentual de **55%,** utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	80.453.055,65	65.007.592,98
Destinação do Exercício	19.573.997,86	15.445.462,67
TOTAL	**100.027.053,51**	**80.453.055,65**

21.2.2) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **5%,** utilizada para cobertura de perdas de receitas ou incremento de despesas conforme regulamento específico.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	7.721.496,34	6.317.363,37
Destinação do Exercício	1.779.454,35	1.404.132,97
TOTAL	**9.500.950,69**	**7.721.496,34**

21.3) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/02/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020,** no valor de R$ 9.828.930,79 (nove milhões, oitocentos e vinte oito mil, novecentos e trinta reais e setenta e nove centavos), distribuído em conta corrente, a qual foi destinada da seguinte forma:

Descrição	26/02/2021
Em Conta Corrente do Associado	9.548.663,60
Ao Capital	105.584,53
A pagar a ex associados	174.682,66
Sobras Distribuídas	**9.828.930,79**

21.3.1) Destinações Estatutárias e Legais

Descrição	2021	2020
01. Sobras Líquidas do Período	**34.774.156,47**	**27.458.830,20**
02. Utilização de Reservas	**1.828.425,72**	**1.336.168,35**
(+) FATES	1.828.425,72	1.336.168,35
03. Resultado do Período (1+2)	**36.602.582,19**	**28.794.998,55**
04. Destinações Estatutárias e Legais	**(24.146.401,74)**	**(18.966.067,76)**
(-) FATES Resultado com Não Associados	(1.013.495,18)	(712.339,15)
(-) FATES 5%	(1.779.454,35)	(1.404.132,97)
(-) Reserva Legal 55%	(19.573.997,86)	(15.445.462,67)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF 5%	(1.779.454,35)	(1.404.132,97)
05. Sobra à disposição da Assembleia Geral (3.4)	**12.456.180,45**	**9.828.930,79**

22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	53.206,34	104.452,72	96.048,74
Rendas de Empréstimos	19.445.198,09	35.278.838,27	31.891.392,09
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.686.941,85	4.820.419,85	5.144.179,25
Rendas de Financiamentos	17.129.220,92	29.209.986,53	20.540.582,96
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	781.609,97	1.225.866,41	864.602,75
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	518.418,23	1.038.088,59	979.933,49
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.856.043,90	3.422.998,21	2.265.829,31
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	57.690,34	64.349,50	387.508,62
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	1.524.283,44	2.078.959,91	1.144.224,94
TOTAL	**44.052.613,08**	**77.243.959,99**	**63.314.302,15**

23. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Captação no Mercado	**(16.608.448,02)**	**(23.408.214,24)**	**(11.445.422,19)**
Operações de Empréstimos e Repasses	**(2.786.669,06)**	**(4.872.407,57)**	**(3.390.808,66)**
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	**-**	**-**	**(47,53)**
(-) Despesas de Obrig. Op. Vinculadas a Cessão	-	-	(47,53)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**(8.071.469,30)**	**(13.190.092,49)**	**(8.859.506,41)**
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	6.621.910,41	12.498.864,46	10.777.389,55
Reversões de Provisões para Outros Créditos	94.528,69	149.244,12	159.822,37
(-) Provisões para Operações de Crédito	(14.438.627,95)	(25.269.389,94)	(19.189.218,22)
(-) Provisões para Outros Créditos	(349.280,45)	(568.811,13)	(607.500,11)
TOTAL	**(27.466.586,38)**	**(41.470.714,30)**	**(23.695.784,79)**

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	1.768.434,07	3.478.211,08	3.228.569,45
Rendas de Outros Serviços	4.279.911,03	7.041.621,48	6.007.378,54
Rendas de Garantias Prestadas	16.084,01	28.605,80	165.122,11
TOTAL	**6.064.429,11**	**10.548.438,36**	**9.401.070,10**

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	75.287,70	131.102,90	44.535,90
Rendas de Serviços Prioritários - PF	395.037,72	846.193,78	1.150.246,28
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	20.710,90	42.115,90	33.336,18
Rendas de Tarifas – PJ	725.887,24	1.495.190,41	1.791.700,37
TOTAL	**1.216.923,56**	**2.514.602,99**	**3.019.818,73**

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários	(596.720,56)	(1.201.570,99)	(1.087.255,61)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.350.440,17)	(4.428.295,58)	(3.849.300,64)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.751.160,39)	(3.266.677,29)	(2.864.039,06)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.141.484,52)	(9.713.071,60)	(8.701.155,40)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(54.217,05)	(119.266,20)	(199.253,92)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(68.402,78)	(126.034,90)	(139.400,98)
TOTAL	**(9.962.425,47)**	**(18.854.916,56)**	**(16.840.405,61)**

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(210.361,75)	(496.375,84)	(440.502,97)
Despesas de Aluguéis	(561.997,99)	(1.016.441,38)	(938.066,18)
Despesas de Comunicações	(186.916,43)	(389.896,62)	(471.702,01)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(195.255,24)	(565.991,56)	(604.449,31)
Despesas de Material	(95.654,02)	(201.291,60)	(289.313,51)
Despesas de Processamento de Dados	(1.242.866,82)	(2.537.685,30)	(2.393.410,10)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(558.986,37)	(996.747,65)	(1.401.241,86)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(169.719,36)	(326.351,74)	(212.652,91)
Despesas de Publicações	(11.060,00)	(37.460,00)	(30.632,00)
Despesas de Seguros	(33.266,77)	(263.997,72)	(501.850,01)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.355.634,58)	(4.300.073,29)	(3.485.742,90)
Despesas de Serviços de Terceiros	(654.922,45)	(1.291.140,89)	(1.606.278,64)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(698.189,09)	(1.367.720,50)	(1.344.250,98)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(487.633,86)	(956.473,24)	(828.403,33)
Despesas de Transporte	(594.923,00)	(1.146.686,41)	(881.964,41)
Despesas de Viagem no País	(4.950,00)	(9.835,55)	(9.060,56)
Despesas de Amortização	(10.860,17)	(20.662,36)	(17.948,24)
Despesas de Depreciação	(904.172,85)	(1.647.492,83)	(1.455.076,83)
Outras Despesas Administrativas	(2.024.018,46)	(3.827.157,78)	(3.195.308,34)
TOTAL	**(11.001.389,21)**	**(21.399.482,26)**	**(20.107.855,09)**

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	656.934,52	3.087.029,35	614.393,70
Dividendos	-	27.966,42	74.076,12
Rendas de Cartão e Adquirência	1.433.770,43	2.867.291,33	2.786.013,57
Atualização de Depósitos Judiciais	1.150,16	1.624,42	1.015,85
Rendas de Repasses Interfinanceiros	145.840,33	231.363,49	116.002,71
Sobras Recebidas da Central	1.271.089,46	2.329.618,73	1.949.369,10
Outras Receitas e Ingressos Operacionais	123.016,69	367.354,11	73.951,46
TOTAL	**3.631.801,59**	**8.912.247,85**	**5.614.822,51**

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Descontos Concedidos	(131.515,06)	(330.324,50)	(1.688.408,64)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(15.617,83)	(32.393,20)	(34.116,78)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(21.091,70)	(34.099,30)	(46.350,06)
Outras Contribuições Diversas	(71.132,87)	(130.707,45)	(87.969,96)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(99.965,94)	(166.579,95)	(48.834,19)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(16.518,23)	(21.631,58)
Perdas - Fraudes Externas	(1.195,00)	(15.056,76)	-
Perdas - Práticas Inadequadas	(3.316,60)	(9.926,80)	(1.310,77)
Perdas - Danos a Ativos Físicos	-	(200,00)	-
Perdas - Falhas em Sistemas de Ti	(1.275,62)	(1.492,52)	(126,70)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(112.227,16)	(114.378,99)	-
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(312.708,28)	(552.893,45)	(371.270,37)
TOTAL	**(770.046,06)**	**(1.404.571,15)**	**(2.300.019,05)**

30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	**(234.340,88)**	**(298.791,43)**	**(257.602,23)**
Provisões para Garantias Prestadas	(687.928,51)	(1.175.788,07)	(887.785,23)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	453.587,63	876.996,64	630.183,00
TOTAL	**(234.340,88)**	**(298.791,43)**	**(257.602,23)**

31. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucros em Transações com Valores e Bens	5.000,00	5.000,00	55.933,17
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	-	(28.639,05)
Ganhos de Capital	6.542,26	11.663,90	25.810,51
Reversão de Provisões Não Operacionais	172.045,46	217.564,17	384.712,04
Outras Rendas Não Operacionais	10.110,34	26.367,35	19.728,72
(-) Perdas de Capital	(4.427,16)	(6.061,16)	(150,00)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais	(256.254,52)	(341.205,31)	(194.502,51)
TOTAL	**(66.983,62)**	**(86.671,05)**	**262.892,88**

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no período de 2021 foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes” no valor de R$ 21.385,03, equivalente a despesas oriundas de eventos pandêmicos.

33. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas são relevantes em relação as operações de crédito rural no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do

Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Vínculo de Grupo Econômico	25.277.963,38	2,70%	148.467,08
Sem vínculo de Grupo Econômico	198.252,02	0,02%	519,21
TOTAL	**25.476.215,40**	2,72%	**148.986,29**
Montante das Operações Passivas	43.536.769,29	6,17%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2021	
Empréstimos e Financiamentos	0,62%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,08%
Crédito Rural (modalidades)	2,87%

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021:**

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Saldo Devedor	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	3.541,91	101,16	0,20%
Conta Garantida	22.908,00	11.010,79	0,38%
Financiamentos Rurais	20.346.846,92	895,74	15,17%
Empréstimos	1.594.329,29	24.094,40	0,73%
Financiamentos	3.846.417,06	47.412,62	1,49%
Direitos Creditórios Descontados	87.539,95	333,69	0,20%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	4.916.887,35	1,86%	-
Depósitos a Prazo	33.094.290,39	6,25%	0,75%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos Creditórios Descontados	1,27%
Empréstimos	1,52%
Financiamentos	1,04%
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	86,45%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	56.064,82
Crédito Rural	40.382.412,19
Direitos Creditórios Descontados	423.642,24
Empréstimos	3.731.469,77
Financiamentos	6.110.674,18

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2021	31/12/2020
1.363.292,57	1.982.466,52

f) os benefícios monetários destinados as partes relacionadas foram representados da seguinte forma:

Descrição	2º Sem./2021	2021	2020
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(554.070,28)	(1.116.625,63)	(1.000.817,50)
Encargos Sociais	(102.909,11)	(209.000,91)	(191.024,63)
Previdência Complementar	(30.961,80)	(61.246,30)	(57.011,16)
Seguros	(1.965,54)	(3.818,08)	(1.862,86)
Plano De Saúde	(12.344,04)	(23.031,53)	(18.252,40)
Alimentação	(39.900,00)	(76.440,00)	(72.100,00)
TOTAL	**(742.150,77)**	**(1.490.162,45)**	**(1.341.068,55)**

34. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO LITORANEA - SICOOB CREDIJA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDIJA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL SC/RS**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	341.298.896,19	377.671.894,70
Ativo - Investimentos	19.391.434,24	19.391.434,24
Total das Operações Ativas	**360.690.330,43**	**397.063.328,94**
Passivo - Repasses Interfinanceiros	4.249.802,06	950.408,42
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.185.723,96	6.611.694,40
Total de Operações Passivas	**8.435.526,02**	**7.562.102,82**

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL SC/RS**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	11.966.721,87	17.303.853,69	9.642.515,06
Total das Receitas	**11.966.721,87**	**17.303.853,69**	**9.642.515,06**
Rateio de Despesas da Central	(1.441.378,60)	(2.648.780,56)	(2.204.897,81)
Total das Despesas	**(1.441.378,60)**	**(2.648.780,56)**	**(2.204.897,81)**

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área responsável por Risco Operacional, que interage com os

gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;

b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.4 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

35.5 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos.

35.6 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de

interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O **SICOOB CREDIJA** adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/2017, e o Índice de Basileia, definido na Resolução CMN nº 4.193/2013, o qual permite avaliar se o montante de capital regulamentar mantido pela entidade é suficiente para fazer frente aos riscos em que ela está exposta.

O Patrimônio de Referência (PR) encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	149.696.460,69	128.884.223,87
Ativos Ponderados pelo Risco (RWAS5)	758.423.046,19	636.939.869,95
Índice de Basiléia (mínimo 11,5%)	19,74	20,23
Imobilizado para cálculo do limite	29.733.355,88	26.929.604,04
Índice de imobilização (limite 50%)	19,86	20,89

38. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, no Plano Multi Instituído, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(93.211,30)	(206.571,77)	(160.788,02)

JACINTO MACHADO – SC 06 de abril de 2022

Wolni José Walter
Presidente

Lucas Cardoso Tramontin
Diretor Executivo de Riscos

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Litorânea – Sicoob Credija
Jacinto Machado - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Litorânea – Sicoob Credija, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credija em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

> Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
>
> Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
>
> Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
>
> Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 25 de março de 2022.

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1